

# Brasília-DF



**LUANA PATRIOLINO (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
luanapatriolino.df@dabr.com.br

## Correndo para não chegar

O prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), tem atribuído ao ministro da Secretaria de Comunicação da Previdência, Sidônio Palmeira, as notícias sobre o investimento de R\$ 117 milhões do Instituto de Previdência da capital alagoana no Banco Master. Nos bastidores, crescem as apostas de que o episódio pode azedar de vez a relação de JHC com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O prefeito convenceu o presidente a nomear sua tia, Marluce Caldas, para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, em troca, prometeu deixar o PL, partido de Jair Bolsonaro. Marluce tomou posse em 4 de setembro, mas JHC continua filiado à sigla e, agora, não demonstra tanta pressa em cumprir a promessa.

## Cobrança no calendário

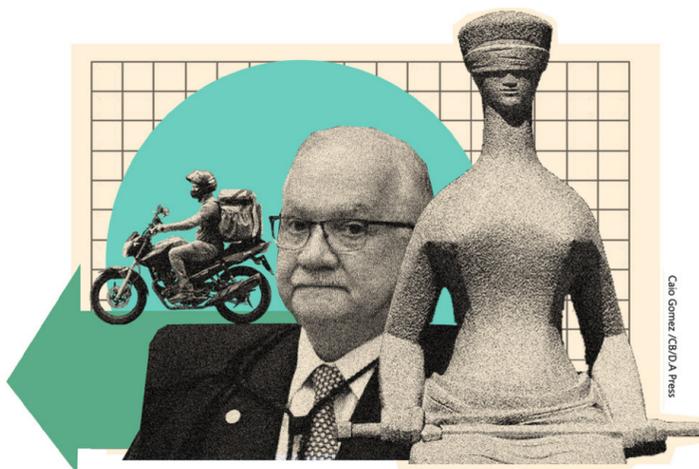
No próximo dia 21, em Brasília, Lula e seus ministros Marina Silva (Meio Ambiente), Macacé Evaristo (Direitos Humanos), Anielle Franco (Igualdade Racial) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência da República) passarão a ser cobrados publicamente pela ausência de medidas concretas para instalar a Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV). A criação do colegiado foi uma das recomendações feitas, em 2014, pela Comissão Nacional da Verdade e reforçada em 2025 pelo relator das Nações Unidas para justiça e reparação. O movimento indígena afirma que não há democracia verdadeira sem estancar as violações atuais e sem reparação do Estado pelos crimes cometidos, no passado, contra os povos originários.

## Penduricalho robusto

Em deliberação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no início deste mês, o conselheiro José Rotondano deu um dos votos decisivos contra o auxílio-transporte de até R\$ 7,2 mil mensais para magistrados do Mato Grosso do Sul. Para ele, o penduricalho em favor dos juízes é incompatível com a Lei Orgânica da Magistratura. Rotondano disputa com outros dois desembargadores o comando do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA). A eleição está prevista para novembro.

# "Uberização" na primeira plenária do presidente Fachin

O ministro Edson Fachin conduz, hoje, sua primeira sessão plenária como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele escolheu iniciar a gestão a todo vapor, com um tema de grande impacto social e econômico: a discussão do trabalho por aplicativo — a chamada "uberização". De um lado, as grandes empresas de transporte e de entrega. De outro, trabalhadores que pedem vínculo empregatício. Ontem, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou um parecer contra a ligação trabalhista entre as partes.



## Vetos a derrubar

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Filho (União-PB), disse que a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ocorrer na terça-feira da semana que vem. O Centrão vai aproveitar a semana para alterar os vetos do PL da Devastação. Nos bastidores, a avaliação é de que a maioria dos itens deve ser derrubados — e os que não forem serão modificados na medida provisória do licenciamento especial.

## Cabo de guerra

Por outro lado, quem não tem muito mais tempo é a medida provisória das taxações. Com data para caducar na sexta-feira, o texto será votado na comissão especial um dia antes. Não estão fechados os acordos que precisam ser feitos, como o impasse sobre a tributação das Letras de Crédito do Agronegócio. O setor pleiteia a isenção de impostos, enquanto o governo federal quer pelo menos tributar as LCAs em 5%.

## Alto nível 1

O Ibmecc Brasília promove, hoje, o primeiro Encontro Jurídico Nacional em Brasília, local das principais decisões políticas e jurídicas do país. Entre os destaques da programação estão os ministros do STF Luiz Fux e Luís Roberto Barroso.

## Alto nível 2

O evento também contará com uma mesa de debates composta por nomes que são referência na área jurídica, como Humberto Dalla, desembargador do TJ-RJ e coordenador do Grupo CNPq; Marcelo de Oliveira Milagres, desembargador do TJ-MG e professor da UFMG; Francisco Rezek, ex-ministro das Relações Exteriores e ex-juiz da Corte Internacional de Justiça; Flávia Piovesan, procuradora do Estado de São Paulo; e Claudia Romano, presidente do Instituto Yduqs.

## Patrimônio recuperado

A pedido de Lula, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobras e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vão restaurar a Praça dos Três Poderes, depredada por vândalos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Além da recuperação do piso, o projeto envolve a realização de exposição da história e visitas guiadas pelo espaço pensado por Lúcio Costa.

## JUDICIÁRIO

# STM empossa mais uma ministra

Verônica Abdalla Sterman se soma à presidente Maria Elizabeth Rocha como a segunda integrante da Corte em 217 anos

» LUANA PATRIOLINO  
» ALÍCIA BERNARDES

O Superior Tribunal Militar (STM) empossou, ontem, a advogada Verônica Abdalla Sterman, segunda mulher no cargo de ministra da mais alta Corte Militar do país em 217 anos. A primeira foi Maria Elizabeth Rocha — eleita presidente da instituição em dezembro de 2024. No discurso, a nova integrante da Corte destacou que sua presença representa um avanço na luta pela igualdade de gênero no Judiciário e se comprometeu a trabalhar com celeridade e equilíbrio.

A indicação de Verônica foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de março, data em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, e confirmada pelo Senado, após sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e votação em Plenário, que registrou 51 votos favoráveis e 16 contrários. Ela afirmou que sua chegada é um

marco para a instituição.

"Que este marco não seja apenas um símbolo isolado, mas um passo para que nosso Judiciário, no futuro, não precise mais de datas, de gestos ou de estatísticas para lembrar que mulheres estão presentes em igualdade e que nossas filhas e netas encontrem um Judiciário em que a igualdade seja um pressuposto, não uma conquista. Que a presença feminina em nossas Cortes seja natural, cotidiana e corriqueira, como deve ser em uma democracia madura", frisou.

Para Verônica, a paridade de gênero deve ser entendida como pressuposto de uma democracia consolidada e não uma conquista pontual. "Sou apenas a segunda mulher a compor este tribunal desde sua fundação. Este dado fala muito: é uma conquista a ser celebrada, mas, também, um convite à reflexão", observou.

Verônica destacou o caráter democrático da composição do STM, que reúne ministros de origem

Ricardo Stuckert/PR



**Lula indicou a ministra na vaga que é ocupada pela advocacia**

militar e da sociedade civil. Ela frisou que sua atuação será guiada por valores de imparcialidade, rigor técnico e celeridade nas decisões. "Uma decisão correta, mas

tardia, perde sua razão de ser. É por isso que assumo aqui, também, o compromisso da celeridade, para que cada cidadão encontre no meu gabinete não apenas rigor técnico,

mas, também, respostas rápidas e efetivas", garantiu.

A presidente do STM, ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, disse, na cerimônia de posse da nova integrante da Corte, que o presidente Lula tem honrado o compromisso que assumiu de tornar o Judiciário mais plural. Ao dar as boas-vindas à colega, a magistrada destacou a importância da presença feminina nos espaços de poder e classificou o momento como "evolução do processo civilizatório".

"Quis o destino que fosse eu a empossá-la, ao lado do ilustre presidente da República — que nos nomeou em um gesto que reafirmou seu compromisso democrático de privilegiar vivências distintas, em prol da evolução do processo civilizatório nacional", disse a presidente.

Maria Elizabeth frisou que a presença feminina nos espaços de poder fortalece a legitimidade estatal, aprofunda a qualidade das decisões judiciais e humaniza as

instituições. "Cada passo dado em favor da diversidade é um passo dado em direção a uma Justiça que se reconhece no outro e que se compromete com o ideal de universalidade inata ao direito. Até porque, Justiça não se coaduna com exclusão. Ao contrário. Justiça requer equilíbrio e proporção a partir do coletivo que enobrecer a alteridade", observou.

Verônica assume a vaga destinada à advocacia, aberta com a aposentadoria do ministro José Coêlho Ferreira, em abril. Com 41 anos, Verônica construiu sua trajetória na advocacia criminal. Formada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem especialização em direito penal econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A ministra também concluiu pós-graduação na mesma área pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), em parceria com a Universidade de Coimbra (Portugal).

Ficou mais fácil negociar dívidas de impostos como IPTU, IPVA, TLP, ISS e ICMS.



negocia.df.gov.br

# Negocia DF

